

MULHERES MOLDANDO ESTETICAMENTE SUAS EXISTÊNCIAS: FEMINISMO COMO ALAVANCA PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

RACHEL SOIHET*

RESUMO

O artigo examina a atuação de duas feministas especialmente nos anos 1970 e 1980 - Hildete Pereira de Melo e Comba Marques Porto - entrecruzando suas trajetórias com outras que, igualmente, exerceram atividade intensa naquele momento com vista ao alcance de direitos para as mulheres. Nesta perspectiva, vale-se de Foucault a fim de demonstrar o caráter ético de suas ações, configurando uma escolha estética de suas formas de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência de gênero, feminismo, luta por direitos, ética, Hildete Pereira de Melo, Comba Marques Porto.

ABSTRACT

This article examines the work of two feminists women especially in the 1970s and 1980s - Hildete Pereira de Melo and Comba Marques Porto - crisscrossing their trajectories with others who also exerted intense activity that moment towards the achievement of women rights. In this perspective, we claim for Foucault to demonstrate the ethical character of their actions, setting an aesthetic choice of existence forms.

KEYWORDS: Gender awareness, feminism, fight for rights, ethics, Hildete Pereira de Melo, Comba Marques Porto.

Um movimento de emancipação que questiona os valores e a estrutura de uma sociedade determinada e que atua para corrigi-los ou transformá-los é um movimento político e ético. Nesse sentido, a dimensão político-ética do feminismo encontra-se presente nos objetivos que persegue historicamente, como a busca da igualdade, equidade, emancipação e a liberdade ou autonomia das mulheres. Assim, em que pese às diferenças, os múltiplos feminismos são também éticos ao denunciarem a subjugação das mulheres e desafiam os valores, preconceitos e muitas das tradições que justificam e legitimam essa situação de opressão.¹

Segundo Foucault, a ética é um tipo de relação que se deve ter consigo mesmo e que determina a maneira pela qual o indivíduo deve constituir-se a si mesmo como sujeito moral de suas próprias ações.² Assim, esta se configura como escolha estética das formas de existência.³ Entender-se-ia nesta perspectiva a atuação de feministas que desafiaram inúmeros obstáculos com vista à obtenção de conquistas para as mulheres, as quais segundo Margareth Rago buscariam para si a construção de uma “estética feminista da existência”.⁴ Na impossibilidade de abordagem de todas aquelas que assim atuaram, escolhi verticalizar o foco em duas delas, entrecruzando com depoimentos das demais. O objetivo é o de reconstruir seus passos na senda que trilharam para o alcance de direitos no decorrer dos anos 1970-1980, a fim de detectar o caráter pioneiro e subversivo de suas propostas com relação aos modos tradicionais de definição das mulheres. São elas: Hildete Pereira de Melo e Comba Marques Porto.

Tais mulheres foram escolhidas, diante da participação que tiveram na movimentação feminista. Hildete Pereira de Melo, militante das mais aguerridas, teve atuação significativa nas lutas contra a violência que incidia sobre as mulheres, resultando em assassinatos, assim como pelos esforços em favor da descriminalização do aborto e pelo controle do corpo por parte daquelas. Comba Marques Porto, na sua condição de Coordenadora Nacional da Campanha da Mulher pela Constituinte, foi figura de proa na incorporação de inúmeras das aspirações das mulheres à Constituição de 1988.

Cabe ressaltar que a entrada do feminismo na cena histórica não se apresentava como a aparição de um novo figurante que viria se inserir a uma peça já escrita, mas sim como a emergência de um princípio subversivo,

constitutivo de um mundo futuro, em que a “libertação das mulheres” tornava-se uma condição indispensável para a transformação da sociedade como um todo.⁵ E, não poucas foram as mulheres que nesse novo momento demonstram sua opção em termos da maestria de si e só depois dos outros, configurando uma conduta ética. Nesse sentido, pode-se acompanhar a emergência de uma consciência de gênero em algumas dessas trajetórias marcantes. Entre elas, a citada Hildete Pereira de Melo que declara:

(...) eu nunca ouvi falar na década de cinqüenta de luta de mulher. Eu me interessei pela política e entrei no Partido Comunista em mil novecentos e sessenta e um, ainda adolescente, ainda no Científico, fiz Científico.⁶

Inúmeras foram as militantes feministas que tiveram experiência similar, em termos de envolvimento inicial com lutas contra as desigualdades sociais e contra o imperialismo. Lembre-se que por ocasião da irrupção da chamada segunda vaga do feminismo, o mundo parecia de ponta-cabeça.⁷ E quase todas as primeiras feministas tiveram uma participação acentuada nos movimentos que então se desencadeavam. Nos Estados Unidos, atuaram em favor do movimento dos negros pelos direitos civis e na resistência à guerra do Vietnã. Na França, o movimento desencadeador do renascimento feminista foi a participação no movimento de 1968. No Brasil, feministas acentuam trajetória idêntica, como Leila Linhares Barsted, que ao referir-se ao Seminário da ABI, em meados de 1975, do qual decorreu a criação posterior do Centro da Mulher Brasileira-CMB, afirma que este apresentava uma conotação bem política, “até porque as organizadoras eram mulheres que vinham de militância política. Todas nós vínhamos de militância política”.⁸ Mais adiante, informa: “desde o colegial que eu tinha uma militância política (...), de Partido Comunista”.⁹ Também Comba Marques Porto informa acerca de sua trajetória:

Eu entrei pro partido comunista brasileiro em 1968, exatamente em 68, quando eu estudava português/literatura na antiga UEG, hoje UERJ. Foi um ano bombástico do movimento estudantil, no mundo todo, eu entrei pro partido nesse ano, permaneci no partido, então a partir daí, atuando no movimento universitário, cheguei inclusive ser diretora do partido no movimento universitário, tanto é que eu terminei meu curso de letras em 1970 e como eu já era da direção do partido na universidade, nós nos

reunimos pra mapear quem podia continuar atuando no partido na área universitária (...). Então quando eu terminei meu curso de letras eu tinha me promovido na direção da base universitária e nós nos reunimos pra ver quem podia voltar pra universidade (...). Ai eu falei eu posso voltar, mas não posso voltar pra medicina, nem pra matemática porque a minha formação era, fui professora, fiz o curso normal, depois tinha acabado de concluir o curso de letras português/literatura; não tenho formação pra voltar para uma área das exatas. Que tal direito? Direito eu posso tentar. Aí eu, então tinha acabado de ter uma filha, eu tive uma filha em dezembro de 1970, em janeiro estava prestando concurso, vestibular para o curso de direito da UFRJ com aqueles peitos pendurado cheio de leite.¹⁰

Outra das depoentes, Lígia Maria Coelho Rodrigues afirma que durante largo tempo considerava que:

(...) essa história de feminismo é uma bobagem, o problema é a luta de classes. O grande problema da sociedade é a opressão capitalista. É a divisão entre o capital e o trabalho. A revolução que tem que ser feita é a revolução dos trabalhadores. Eu era de esquerda, era trotskista, tudo que todo mundo era naquela época.¹¹

A conjuntura citada por Hildete, um pouco anterior a esta, apresentava-se extremamente fértil. Lutava-se no Brasil por transformações em busca de uma sociedade mais justa, não apenas nas cidades, através de movimentos sindicais, estudantis e na esfera cultural, como por uma reforma agrária no campo, inaugurando-se as Ligas Camponesas. E, nossa depoente era uma das ativas participantes nesse processo, fazendo política estudantil secundarista em Campina Grande. Entrando na Universidade, manteve-se nessa linha, participando da última diretoria da União Estadual dos Estudantes da Paraíba, equivalente a UNE no plano estadual. Com o golpe militar em 1964 esta foi desmantelada. “Essa é a minha trajetória, mas mulher eu nunca ouvira falar. Tanto é que eu fiquei muito surpresa na década de setenta, quando a gente descobriu a história disso.” reafirma Hildete.

Após permanecer um período na França, retorna ao Brasil em fins de 1968, em plena vigência do AI 5. Vem para o Rio de Janeiro, chega a dar aulas na UFF, em 1972, mas com o acirramento da repressão, algum tempo depois abandona. Continua a atuar politicamente no MDB, na ala conhecida como

“esquerda democrática” sendo informada pela então advogada Comba Marques Porto, sua companheira de partido, acerca da promoção por um grupo de mulheres da “Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira”, realizada entre os dias 30 de junho e 6 de julho de 1975. O citado evento foi apoiado pela ONU e pela ABI, espaço no qual foi realizado. Mas não foi ainda, nesse momento que Hildete decidiu-se pela participação no feminismo, informando que com “(...)três filhos muito pequenos, eu fazia política no Partido e aí eu achei que não dava conta de fazer tudo”. Em 1976

quando explodiu as prisões de Niterói, minha vida explodiu de novo porque eu estava no olho do furacão, tive que ficar escondida março, abril, maio, junho, julho e aí eu voltei em agosto, ainda fiquei escondida até agosto, em agosto voltei pra casa porque achei que eles não iam mais me procurar, aí eu me lembro muito bem que começamos a fazer um grupo de estudo na minha casa,(...), o pessoal ía lá em casa pra gente estudar O Capital (...)

Nesse grupo de estudos constatou que “só quem falava era os homens e eu”, as outras mulheres ficavam em silêncio, fato reiterado em outras declarações de mulheres que confessavam a dificuldade em se colocarem nas discussões conjuntas, mesmo no seio da esquerda. Numa entrevista de componentes dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher ao Pasquim*, uma das participantes frisa “a importância das mulheres amadurecerem e aprenderem a falar”,¹² referindo-se a um debate da imprensa independente, o qual foi monopolizado pelos homens. Hildete revelou-se sensível a esta dificuldade e propôs um grupo só de mulheres que iniciaram uma discussão sobre a questão das mulheres, a começar pelo trabalho de Heleith Saffioti.¹³ E, logo em seguida “eu levei todo (o grupo) para o Centro da Mulher Brasileira (...) em agosto de 1976”.

Sua adesão ao feminismo revela-se importante, na medida em que sua longa militância no PCB lhe permitira acumular um capital político significativo que agora carregava para um novo campo, no qual as mulheres em sua maioria eram também egressas da esquerda.¹⁴ Muitas delas, desencantadas com seus companheiros de militância que, sempre ocupando as posições de liderança, as mantiveram numa posição subalterna, fato que a seus olhos tornava discutível

sua sinceridade e credibilidade em qualquer domínio.¹⁵ Embora não mais pertencendo a essas organizações, porém “concordam com seus pontos de vista, com exceção da ‘questão da mulher’, que (...) deixaram de considerar como a esquerda a considera: como um pormenor”.¹⁶

Uma vez no CMB, Hildete em coerência com a sua trajetória participou da criação do grupo de reflexão “Mulher e Trabalho”, buscando entrar em contato com a Associação das Empregadas Domésticas a fim de desenvolver um trabalho com as mesmas. Alinhava-se, dessa forma, com uma tendência na qual suas componentes consideravam que deveriam se assumir como vanguarda revolucionária do movimento das mulheres, necessária para orientar as trabalhadoras em sua missão histórica. Buscavam, assim, legitimar-se, articulando-se com os outros movimentos de luta pela redemocratização do país.¹⁷ Já, segundo Anette Goldberg tal tendência, por ela designada como marxista ortodoxa buscava se alinhar às lutas contra a ditadura e pela conscientização das mulheres dos segmentos populares com vista a uma mudança das relações sociais e caracterizava-se pela intolerância com relação à discussão das demais questões.¹⁸

Nesse sentido, um elemento fundamental a considerar na prática do Centro da Mulher Brasileira - CMB reside em sua peculiaridade, decorrente do momento histórico e político em que estava mergulhado o país, marcado pelo autoritarismo e pela desigualdade social. Assim, embora com influência das experiências européia e norte-americana, os primeiros anos deste movimento feminista no Brasil foram marcados de forma significativa por esforços de contestação à ordem política vigente no país.¹⁹ De um lado, enfrentou o feminismo aqui instaurado a oposição do governo que via com desconfiança qualquer forma de organização da sociedade,²⁰ de outro, dos grupos de esquerda que consideravam que a luta deveria se polarizar contra o governo autoritário e a desigualdade de classes aqui vigente, além de inúmeros desses grupos considerarem o feminismo como um fenômeno burguês. Acresce o fato de que particularmente, com relação ao Partido Comunista, observa-se a iniciativa deste em tornar aquelas que dele faziam parte um instrumento para implementação de suas propostas no CMB. O que se depreende deste depoimento, em que sua autora reconhece que “foi feita uma reunião do

partido em termos de organizar uma base dentro do Centro da Mulher Brasileira”.²¹

Estas posições da esquerda, não apenas no Brasil, como na França ou em outros países ocidentais, levam Christine Delphy a afirmação de que “a esquerda, e mais exatamente a extrema esquerda, foi o interlocutor privilegiado e o ‘principal inimigo’, dos feminismos.”²² Inúmeras mulheres que se engajaram nas lutas em favor das minorias, contra as desigualdades sociais e contra o imperialismo, gradativamente, perceberam a ironia da situação, estavam, igualmente, e em nome dessa luta, numa condição de desigualdade. Manifesta-se, assim, a síndrome do colonizado, paradoxo destacado pelos vietnamitas e argelinos: “é com o país, ou com o sexo colonizador, que aprendemos os valores que ele não nos aplica, e que retornamos então contra ele”.²³ Compreende-se, daí a apropriação da palavra “liberação”, associada às lutas contra o colonialismo, por correntes feministas, tornando-se metáfora instrumental para a confecção de um sentimento de solidariedade de gênero.

De qualquer forma, observa-se, em grande medida no caso do Brasil, uma preocupação das feministas, mulheres intelectualizadas de classe média, com aquelas das camadas populares, além de suas alianças com grupos como o Movimento Feminino pela Anistia, afirmando uma relativa distância de temas como a violência contra as mulheres, sexualidade e o aborto, que se constituíam em aspectos privilegiados nas reivindicações dos feminismos nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Aquelas que defendiam uma discussão acerca desses temas, bem como daqueles voltados para a assimetria de poder nas relações entre homens e mulheres, a violência contra a mulher, enfatizando problemáticas ligadas à subjetividade e às relações interpessoais, constituíram-se numa tendência derrotada nos debates que definiram a criação e o perfil do CMB. Naquele momento, caracterizado por uma política de alianças entre o feminismo representado pelo CMB, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, forças contrárias ao regime vigente, a palavra de ordem consistia em evitarem-se questões que ameaçassem tal aliança, não se descartando atitudes autoritárias com vista a este objetivo.²⁴

Apesar disso, embora a maioria pensasse como Santinha considerando legítima a discussão em torno de três pontos centrais: “saúde, educação e

trabalho. (...) Essas eram as grandes questões, porque eram as grandes questões que a sociedade mostrava. E nós seguimos ao pé da letra o que a sociedade mostrava”.²⁵ Outras, como Leila Linhares, sem deixar de considerar a sua relevância, preferiam voltar-se para a discussão de problemas ligados à sexualidade feminina, o que faziam no seu grupo de reflexão, o grupo Ceres. Maria Luiza Heilborn (Malu) é mais incisiva, reconhecendo que diante do momento que se vivenciava “de profunda ditadura no Brasil, muito rigorosa” não havia como fugir do foco tradicional da esquerda que visava a “integração da mulher no mercado de trabalho, a mudança no Código Civil, que era muito desfavorável à posição feminina na sociedade, a participação política feminina.”²⁶ Não considerava, porém tal perspectiva feminista, no que demonstra partilhar de uma outra concepção de feminismo, termo que, segundo Yasmine Ergas, indica um conjunto de teorias e de práticas historicamente variáveis em torno da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres.²⁷ Assim, Malu comungava das opiniões, próprias daquele momento histórico, em pleno apogeu na esfera internacional. Naqueles países destacavam-se nas agendas feministas, entre as décadas de 1960 e 1980, mobilizações contra a demarcação rígida de papéis de gênero que sobrecarregava as mulheres com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos. Priorizavam-se as “políticas do corpo”, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando as mulheres a plena assunção do corpo e da sexualidade (aborto, prazer, contraceção) e insurgindo-se contra a violência sexual, não mais admitindo que esta fosse uma questão restrita ao privado cabendo a sua extensão ao público.²⁸ Dessa forma, as feministas enfatizavam o caráter político das questões ligadas ao cotidiano e ao subjetivo. Nesse sentido, atribuía-se uma dimensão política ao privado, ressaltando o caráter estrutural da dominação e tornando evidentes as modalidades de poder que também se expressam na vida cotidiana, nos diversos aspectos das relações sociais e pessoais, e que, frequentemente, significavam a inferiorização das mulheres.²⁹

Paradoxalmente, para um (a) observador (a) menos atento, Hildete, em que pese sua longa militância no Partido Comunista, do qual se desvinculara, apenas, em 1976 adere às novas causas. No decorrer de sua atuação no CMB

tivera ocasião de vivenciar o preconceito de que eram alvo as feministas. Na divulgação do Encontro da Mulher Trabalhadora promovido por esta entidade no Sindicato dos Metalúrgicos, a oito de março de mil novecentos e setenta e oito, ficara de cobrir os jornais com Branca Moreira Alves.

Aí começou uma gozação na redação: “que isso, que aquilo, não sei o que, que feminismo era sinônimo de sapatão, essas coisas aí toda”. Uma briga! Nós pegamos uma discussão com os redatores do Jornal do Brasil desagradabilíssimos. Saímos de lá, assim, escorraçadas, eu e ela, em 78.

E é nesse contexto, parafraseando E. P. Thompson, para o qual, é no processo de luta que os explorados descobrem-se como classe, que também Hildete, experimentando a discriminação desenvolve sua consciência de gênero.³⁰ Não mais apenas as lutas pela organização de trabalhadoras, como as empregadas domésticas, merecerão sua atenção. O aborto, tema tabu para a esquerda, tornar-se-á uma de suas principais bandeiras. A discussão em torno dele no CMB teve início em fins de 1978, momento em que diante da realização de eleições, as mulheres mais comprometidas com a política partidária escassearam no Centro, fato que deu margem à reaproximação daquelas que divergiam da linha predominante. Ante a perspectiva de realização do Encontro Nacional de Mulheres, Malu com o reforço de novas sócias com experiência de participação em movimentos de liberação em outros países,³¹ ficou estimulada a “fazer algo no Brasil para divulgar o aborto e a contracepção, o que desencadeou uma briga inacreditável”.³²

A física Ligia Maria Coelho Rodrigues relata seus primeiros contatos com o Centro, ao retornar da França no início de 1979, onde se “convertera” à causa feminista, ressaltando sua surpresa, em reunião para organizar o Encontro Nacional de Mulheres a ser realizado naquele ano, diante da ausência de questões como a violência contra a mulher e a sexualidade. Ao sugerir a inclusão do tema da violência, obteve como resposta de uma das componentes do CMB: “Aqui no Brasil é diferente da França. Aqui no Brasil mulher que apanha do marido é porque gosta”.³³

Realizadas as eleições voltaram as militantes ao Centro para a organização do referido Encontro, ocorrido em 8, 9 e 10 de março de 1979,

tornando-se o clima extremamente tenso nas assembleias gerais, diante da proposta de um seminário sobre o tema “Livre apropriação do corpo da mulher”. Igualmente, a proposta de uma discussão acerca da violência contra a mulher teria sido fator de conflito e divergência.³⁴ A sugestão de inserir-se a discussão sobre o aborto deu lugar a fortes discordâncias. O fato de algumas sócias se manifestarem favoravelmente - entre as quais Hildete teve posição destacada - acentuando que esta era uma questão fundamental, já que se constituía num tabu, marcou uma posição decisiva. Os debates caracterizaram-se pela sua contundência. Como exemplo, uma das sócias reitera sua posição contrária à introdução desse tema, repetindo o argumento de que a realidade da França e do Brasil era muito diferente, além do que devia se considerar a posição da Igreja. Ainda, duvidava de que o CMB estivesse interessado no tema, já que o número de mulheres presentes era muito pequeno. Outras apoiaram tal posição, mencionando questões mais relevantes na sua perspectiva, como o trabalho das mulheres, necessidade de locais para deixarem as crianças, salário, referendando a questão de que a discussão representaria o abandono de aliados, demonstrando seu alinhamento com as posições no CMB que subordinavam a problemática da mulher às questões consideradas gerais da sociedade.³⁵ Mas, apesar de toda oposição, com exceção do aborto, das oito comissões, nas quais se repartiram 400 mulheres, duas voltaram-se para a sexualidade e para a violência.³⁶ A respeito do fato afirma Lígia: “(Foi) a primeira vez que um grupo de mulheres se juntou no Brasil para discutir estupro, espancamento no casamento, todas essas coisas”.³⁷

Por outro lado, as divergências em relação às concepções de feminismo predominantes naquela entidade assumem o caráter de cisão ao final do citado Encontro Nacional de Mulheres, quando foi lido um documento no qual 21 mulheres expressavam tanto seu posicionamento com relação ao Centro, como o que entendiam por feminismo. Após discorrer acerca das esperanças iniciais no advento do CMB como um espaço de troca de experiências e de realização coletiva de objetivos, a partir do despertar da consciência da opressão específica que recai sobre as mulheres, manifestavam o desapontamento com os rumos tomados pelo Centro.³⁸ Dentre aquelas que o assinaram estavam algumas das sócias fundadoras do CMB e mulheres que buscavam uma aproximação com o

feminismo no Rio, recém-chegadas do exterior, tendo desenvolvido uma prática com grupos feministas europeus. Uma delas, a própria Lígia que assim se refere a sua experiência em Paris:

O grupo que eu fazia parte lá era também totalmente libertário. Tinha aquelas famosas reuniões... Era essencialmente grupos de reflexão, mas volta e meia se fazia ações concretas. Coisas de panfletar, pichar muros. Todas essas coisas, que, aliás, eu adorava.

Com a ruptura, em abril de 1979, surgiu o Coletivo de Mulheres, do qual se despreendeu em 1981 uma outra organização voltada para a violência contra as mulheres, o SOS Mulher-RJ, do qual Lígia Coelho foi uma das principais lideranças.³⁹

Com a abertura política intensificada através da aprovação da Lei da Anistia pelo Congresso em 28 de agosto de 1979, ocorreu a volta das exiladas com viva influência dos feminismos, especialmente europeus, o que, aliado à experiência daquelas que permaneceram no país nos anos 1970 e que construíram os feminismos locais, esses movimentos assumiram uma nova configuração. Igualmente, a anistia representou uma época de maior liberalização, menos repressão e mais possibilidades de manifestação, inclusive porque o AI-5 não mais estava em vigor.⁴⁰

Também, com o fim do bipartidarismo, a partir de 1980, ocorre o surgimento de outras agremiações, desenvolvendo-se as associações de diversos tipos, assim como sindicatos. Fato que contribuiu para que muitas mulheres que até então permaneciam no CMB se decidissem pela atuação em outros espaços, mais identificados com a postura clássica dos movimentos de mulheres, sem quaisquer pretensões feministas. Outras teriam ingressado, além das que permaneceram e que se consideravam feministas ou que se “converteram” ao feminismo, como é o caso de Santinha, que confessa ter ido “para dentro do Centro da Mulher Brasileira levando essas questões marxistas-leninistas”. Gradativamente, porém, sem abrir mão de desejar a igualdade social, passou a considerar que “tem uma coisa que se chama igualdade de gênero que é uma base superior...”.⁴¹ Verificar-se-ia aqui, a tomada de consciência de gênero como decorrência de sua participação naquela entidade.⁴²

Nos diversos casos, o termo “feminismo” mantinha-se associado, porém, a diferentes significados e representações, conforme se pode depreender do depoimento abaixo de Moema Toscano sobre o feminismo no Brasil:

Vejo três linhas. Há aquela com a qual nos comprometemos, que centraliza o problema no aspecto global da sociedade. Para nós, é interessante trabalhar com um segmento dessa sociedade, e estamos trabalhando com aquele que é o mais explorado: a mulher que está aí lutando no dia-a-dia. Há uma segunda linha do movimento que enfatiza o conflito entre o homem e a mulher e para a qual o grande inimigo é o homem, independente de qualquer relação de classe. Diz que o sistema é invenção do homem, e que, portanto, deve-se combatê-lo, que assim se combate seu sistema. E há um terceiro grupo – que eu definiria como sendo mais de centro – que está mais interessado na promoção da mulher per si, sem discutir o contexto social em que ela vive. Tem profundas raízes na História do feminismo brasileiro, e ainda hoje tem certa força.⁴³

Com o processo de “abertura política”, em fins da década de 1970, vieram à tona as questões que até então se mantiveram encobertas pelo temor de prejudicar uma causa mais urgente, qual seja, aquela da democratização do país. Mas a participação de militantes em movimentos de esquerda contribuiu para que estas se defrontassem com atitudes discriminatórias dos companheiros com relação às questões de gênero.⁴⁴ Consolidou-se a consciência de que a igualdade propalada entre mulheres e homens era mais uma retórica e as mulheres defrontaram-se com a questão da necessária articulação entre a luta contra as condições objetivas da opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais. Assim, urgia contemplar a questão da subjetividade num terreno em que a base marxista por si só era insuficiente para a resolução dessa contradição. As questões do mundo privado, da subjetividade, da família, da sexualidade, das linguagens corporais tornaram-se visíveis, tanto na prática cotidiana dos grupos feministas quanto nos debates acadêmicos e nas reuniões das militantes.⁴⁵

Na verdade, na década de 1980, os movimentos feministas no país tornavam-se uma força política e social consolidada, em que as relações de gênero assumiram primeiro plano. Campanhas contra os abusos com relação às mulheres no que tange a temas até então ignorados como a violência física e

simbólica, assim como a questão do aborto, merecem espaço cada vez mais amplo nos meios de comunicação, como resultado da mobilização das feministas e da própria modernização da sociedade brasileira.⁴⁶ Desse modo, a partir desse momento, questões antes colocadas em segundo plano, vistas como próprias à esfera privada, tais como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à violência, foram legitimadas e trazidas à esfera pública, reconhecendo-se sua dimensão política. Parte-se para a afirmação do universo cultural feminino e temas tabus são trazidos à tona, forçando o alargamento e democratização daquele espaço.⁴⁷ E o SOS exerceu naquela década uma forte campanha contra as diversas modalidades de violência que incidiam sobre as mulheres. Articulado a outros grupos feministas, teve papel fundamental no movimento de pressão para punição dos assassinos de mulheres como no processo de implantação das Delegacias de Mulheres no Rio de Janeiro.⁴⁸ O desenrolar desse processo se constituirá em objeto de atenção, no qual a proposta seria transformar a violência doméstica, considerada “assunto de família” numa questão política, debatendo-se a questão do assistencialismo, ao qual a maioria se mostrava contrária, embora também se manifestasse a opinião de que “o assistencialismo é político”.⁴⁹

E, nossas entrevistadas participaram ativamente das campanhas em prol do aborto, como daquelas relativas às diferentes formas de violência sobre as mulheres, quer o assédio sexual, quer o assassinato de mulheres, em nome da legítima defesa da honra. Manifestações de rua, comparecimento aos meios de comunicação, jornais, rádio, televisão, distribuição de panfletos, cartas aos parlamentares foram alguns dos recursos utilizados para expressarem os seus protestos.

Ainda, sobre a discussão sobre o aborto, ressalte-se o depoimento de Comba:

(A burguesia) faz sem problema nenhum, vai lá e paga. A mulher que não tem recursos morre, fica cheia de infecções. A pesquisa da Hildete há muito tempo atrás, na Maternidade Pública foi sensacional, essa pesquisa dela mobilizou bastante, digamos assim, deu manancial de informação pra gente na época fazer campanha sobre o aborto.

Digna de nota é a entrevista fornecida ao jornal *O Pasquim* por um grupo de feministas, algumas das quais representantes do CMB, como do

Coletivo de Mulheres e representantes de outras entidades. A tônica incide sobre a necessidade de legalização do aborto, diante do quadro em que sua proibição prejudicava, principalmente, às mulheres pobres, que recorriam aos métodos mais variados e perigosos para se desfazerem de gestações que não tinham condições de levar a termo. Na referida entrevista, Hildete Pereira de Melo menciona a citada pesquisa que vinha desenvolvendo acerca do número elevado de mulheres atendidas pelo INAMPS por abortos mal feitos, informando que eram realizados anualmente, no Brasil, cerca de dois milhões de abortos.⁵⁰ Como parte da campanha em pauta, menciona a realização do primeiro congresso que discutiu o aborto no Brasil, realizado no Copacabana Palace, em março de 1983, ao qual teriam comparecido cerca de trezentas mulheres. Algumas delas, como nos afirmou em seu depoimento, possuíam expressão pública, como Cátia Borges, prefeita de Maceió, Selma Bandeira, deputada, Maria Luíza Fontenele, logo depois eleita prefeita de Fortaleza e Martha Suplicy. O criminalista Nilo Batista teria sido autor de um projeto que a deputada Cristina Tavares recebeu na reunião e levou para o Congresso. Ainda, na citada entrevista para o *Pasquim*, a Dra. Romy Medeiros, presidente do Conselho Nacional de Mulheres e relatora da OAB, menciona sua interpelação por parte de famosos advogados de esquerda, num encontro da OAB em Florianópolis. Estariam as feministas, segundo eles, contribuindo para dividir a luta do povo. Afinal, a luta maior seria a Constituinte, contra a Lei de Segurança Nacional etc. e que precisavam estar bem com a Igreja. A estas ponderações teria ela respondido: “Nossa bandeira também é uma luta do povo! Queremos que este problema seja considerado em primeiro lugar, junto com a questão da fome. Estamos defendendo o direito de qualquer mulher separar sexo e reprodução”.

Também, na referida entrevista, além da oposição da Igreja, são feitas afirmações acerca de outros setores que teriam interesse em impedir a aprovação do aborto, dentre eles, os laboratórios farmacêuticos, ante a possibilidade de maior difusão da pílula. “São 32 milhões de mulheres em idade fértil no Brasil. 32 milhões possíveis de tomar a pílula. Que mercado maravilhoso!” afirma Hildete. Igualmente as clínicas nas quais eram realizados os abortos seriam interessadas na manutenção de sua criminalização: Uma

mulher que faz aborto na clandestinidade ficaria lesada em seu aparelho reprodutor, o que envolveria novas despesas com antibióticos, raios X, consultas. “Há uma linha de montagem da saúde”, informa Maria José de Lima (Zezê), enfermeira do INAMPS, do Grupo Mulherando, outra das entrevistadas. Haveria, porém, uma dificuldade na transformação da questão numa luta política, pois as mulheres de classe média, que formam a opinião pública, não sofriam tanto o problema, já que podiam mais facilmente fazer seus abortos.

Mas a campanha não se resumiu ao comparecimento aos órgãos de comunicação, buscou-se, igualmente, atingir as mulheres dos segmentos populares, através de panfletagens na Feira da Glória denunciando a criminalização do aborto, buscando apoio para essa causa. Para marcar o “dia de ação internacional”, por exemplo, integrantes do Centro da Mulher Brasileira distribuíram panfletos em três praças da zona sul – a Praça Nossa Senhora da Paz, o Lido e o Largo do Machado. Um cartaz apresentava as palavras de ordem: “Que as mulheres decidam. Nosso corpo nos pertence”. Os panfletos continham inúmeras reivindicações, com relação a medidas ligadas à saúde reprodutiva, além de denunciarem a inexistência de creches, boas escolas públicas e equipamentos coletivos. Frisavam ainda a injustiça da legislação considerar criminosas as mulheres que abortam. “Ilegalidade que não impede a realização desses abortos, mas deteriora as condições em que eles são realizados, tanto do ponto de vista médico, quanto das condições psicológicas das mulheres”, “Pelo direito ao prazer”. “Pelo aborto livre e gratuito”. “Que as mulheres decidam”. “Nosso corpo nos pertence” finalizava o panfleto.⁵¹ Hildete relata que um dos líderes do Partido Comunista, numa das faixas em que estava escrito o lema “Nosso corpo nos pertence” trocou a letra “N” inicial pelo “V”. Demonstrava, dessa forma, a pouca seriedade com que muitos dos militantes de esquerda encaravam a movimentação e as aspirações feministas na época.

A elaboração de um jornal *Sexo Finalmente Explícito* foi outra das iniciativas com vistas a esclarecimentos acerca do problema, culminando com realização de um filme sob a direção de Eunice Gutman, costumeiramente exibido em Associações de Mães seguido de discussões.⁵² Sobre a repercussão

positiva dessa campanha, destaque-se o resultado de um plebiscito sobre o aborto realizado a 22 de setembro de 1983 no centro da cidade, Copacabana e Madureira, em que 86% das mulheres entrevistadas manifestaram-se favoravelmente pela sua descriminalização.⁵³

A causa, porém, passava a sofrer percalços, o projeto nº 590 apresentado pela deputada Cristina Tavares em abril de 1983, foi rejeitado em novembro de 1984 pela Câmara Federal. Este previa a realização do aborto por médico autorizado nos casos de: gestação decorrente de crime contra os costumes, grave enfermidade hereditária física ou mental que comprometesse o novo ser ou ainda devido às condições sócio-econômicas e familiares da gestante, insuficientes ao atendimento das exigências do prosseguimento da gravidez e de prover mais tarde as necessidades elementares do filho, sem privar-se do indispensável à própria subsistência ou à de sua família.⁵⁴ A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o projeto, decidiu pela sua constitucionalidade, embora no mérito optasse pela rejeição; em 31 de maio de 1984, os deputados José Genoíno e Jorge Carone apresentaram votos em separado, favoráveis.⁵⁵

Igualmente, ocorreu em seguida a revogação da Lei 832/85, de autoria da deputada Lúcia Arruda, aprovada em novembro de 1984 pelos deputados, sancionada pelo Governador, e regulamentada pelo Secretário de Saúde em janeiro de 1985. A referida lei, revogada em abril de 1985, obrigava a rede pública de Saúde do Estado do Rio de Janeiro a prestar atendimento médico à mulher nos casos de aborto permitidos pelo Código Penal: em casos de risco de vida da mulher e em casos de gravidez resultante de estupro. Por pressão direta do Cardeal D. Eugênio Salles, o Governador e o Secretário de Saúde voltam atrás. De qualquer forma, a iniciativa marcaria uma posição a respeito da questão e uma mensagem é proferida pela deputada Lúcia Arruda: “A derrubada da Lei 832/85 não vai apagar a realidade das mulheres de baixa renda, que são estupradas e fazem aborto das mais diversas formas. A luta pela saúde da mulher vai continuar.”⁵⁶

De acordo com este quadro, afirmava Leonor Nunes de Paiva, que as declarações do Ministro da Justiça Roberto Lyra nos meios de comunicação, de que o “aborto, é tema da Constituinte” agravava o quadro. Segundo a mesma,

caso a correlação de forças da Constituinte se revelasse semelhante àquela que se apresentou nos episódios acima, marcada pela insensibilidade das autoridades do Executivo e dos parlamentares fluminenses as mulheres correriam o risco de ver suprimido o direito de abortar, no caso da gravidez resultar de estupro ou configurar risco de vida. Esclarecia, ainda, depois de longo arrazoado pautado no exame da questão em outros países e a partir da teoria dos direitos individuais implícitos, que tal mudança no Brasil, em termos da permissão do aborto, não deveria ser feita na Constituição e, sim, no Código Penal.⁵⁷

Com a eleição de Franco Montoro em São Paulo ocorreu a postulação de feministas do PMDB para a criação de um Conselho, destinado à defesa de suas causas, tornando-se, juntamente com o de Minas, um dos primeiros órgãos desse tipo no Brasil. Seguiu-se a criação de Conselhos idênticos em todos os níveis, federal, estadual e municipal. Também, a violência contra a mulher passa a ser tratada em delegacias próprias, adquirindo uma dimensão pública.

O processo de abertura formulado pelos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva deveria garantir a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e se manter sob controle militar. Ocorre, porém que as sucessivas vitórias eleitorais da oposição em 1976 e 1979, bem como a onda de atentados praticados pelos bolsões radicais que culminariam no atentado do Riocentro, em 1981, e a conseqüente demissão de Golbery, seguida pela doença de Figueiredo, em 1983, contribuíram para que a iniciativa, numa segunda fase do processo de abertura, passasse das mãos do poder militar para a sociedade civil. Nesse sentido, observam-se grandes mobilizações de massa, ressaltando a campanha das Diretas Já! e àquela da eleição de Tancredo Neves, perdendo o governo a iniciativa das reformas.⁵⁸

Com relação a essa questão Jacqueline Pitanguy destaca a mobilização política e o esforço desenvolvido pela empresária teatral Ruth Escobar, acompanhada de um número grande de mulheres no país que se dirigiram a Minas Gerais para convencer Tancredo Neves, governador daquele estado e que já criara um Conselho Estadual, a comprometer-se com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, quando assumisse a presidência.⁵⁹ Assim, inaugura a década de 1980 a “passagem do feminismo enquanto uma

ação coletiva no alto da sociedade civil para propostas de políticas públicas, desde o Estado”. Em seguida à morte de Tancredo todo um novo *lobby* para que Sarney assumisse tal compromisso foi levado a efeito e o Conselho instalou-se em setembro de 1985.

Ao enviar ao Congresso o projeto de lei criando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o Presidente acentuava sua atribuição de assegurar às mulheres ‘condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País’. Assim, caberia ao CNDM formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública contra a discriminação das mulheres, emitir pareceres e acompanhar a elaboração e execução de programas de governo que atingem a mulher; fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos femininos; e receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de discriminação.⁶⁰

E este iniciava seus trabalhos em um clima altamente positivo.

Foi sensacional, o que a gente fez. Como a gente já vinha daquela experiência muito livre de fazer o movimento na rua, que era o que a gente fazia, a gente levou pra dentro do aparelho do Estado, com verba porque eles tinham dinheiro pra pagar a nossa movimentação, todo aquele calor, todo aquele calor, toda aquela maneira decidida, inovadora que a gente praticava na rua.⁶¹

E Comba Marques Porto valoriza o deslocamento da experiência para o plano institucional, acentuando o prestígio de que naquele momento usufruía o Conselho que era um órgão vinculado ao Ministério da Justiça, tendo sua presidente *status* de ministro.⁶² Tal prestígio, segundo ela, poderia ser aferido, inclusive, do ponto de vista espacial, já que a sala do Conselho ficava no mesmo andar do gabinete do Ministro da Justiça, completando:

nós estávamos ali coladas ao ministro, Joaquim Falcão, que é um jurista - secretário - o ministro era o Paulo Brossard, uma figura sensacional também, era um homem culto, jurista, do PMDB – PMDB clássico - , um constitucionalista. O ministro era o Brossard, o chefe de gabinete dele era o João Falcão e nós ali do lado.⁶³

O Conselho tinha uma verba destinada a pagar cargo comissionado a algumas mulheres, assim como verba para locomoção. Em sua composição seria essencialmente feminista, com algumas mulheres com caráter heterogêneo, algumas vindas como representantes dos movimentos populares, operário, mas com um perfil basicamente feminista. A primeira presidente foi a Ruth Escobar “porque era uma pessoa completamente libertária (...), digamos assim numa dose até excessiva eu diria, porque não entendia bem aquela questão institucional”.⁶⁴

Refere-se Comba ao caráter irreverente de Ruth Escobar, que “agia ali como se fosse um teatro mesmo, como se ela estivesse na tribuna”, entrava nos gabinetes dos deputados sem pedir autorização, o que se “por um lado era um desastre por outro era também interessante pra abrir caminho”. Coube a Comba ser a coordenadora nacional da Campanha da Mulher pela Constituinte, trabalho que muito a entusiasmou.

Eu tinha a função, a missão de arrematar aquela discussão que nós vínhamos fazendo há anos sobre a legislação, sobre os direitos da mulher, sobre os limites jurídicos na nova ordem constitucional, eu tive, então a incumbência de fazer esse contato com mulheres do Brasil inteiro, onde havia movimento feminista ou mais ou menos que havia, era pra contatar o que havia, ir lá, havia passagem paga pelo Ministério da Justiça, ir lá pra fazer uma palestra pra mulherada toda. Então, o meu trabalho consistia nisso.

Todo esse trabalho era feito deixando os quatro filhos no Rio com uma doméstica de confiança, inserindo, segundo suas palavras, a questão social na vida doméstica, (...) já que “o objetivo não era ganhar dinheiro, era fazer um trabalho político”. Assim teria percorrido todas as capitais, reunindo as mulheres e lhes passando um questionário a fim de que ali fossem colocadas suas reivindicações. Posteriormente, reunia todo o material e o sistematizava com outras companheiras, sob sua coordenação. Desse trabalho resultou a *Carta das Mulheres aos Constituintes*, documento que especificava as reivindicações das mulheres, acompanhadas pelo histórico de sua participação e sugestões.⁶⁵ Com o lema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, o documento era dividido entre os temas Trabalho, Saúde, Família, Educação e Cultura, Violência e Questões Nacionais e Internacionais, trazendo as principais

questões que deveriam ser discutidas em cada um dos temas. Na seção “Família”, a principal reivindicação era a plena igualdade entre os membros do casal e a possibilidade de reconhecimento da formação da família, ainda que esta não estivesse civilmente estabelecida, mas apenas naturalmente, ou seja, previa-se o reconhecimento das uniões de fato. Em “Trabalho” exigia-se também a igualdade de condições e salários para homens e mulheres e a extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas e rurais, assim como a estabilidade para a gestante e a licença paterna. Na questão “Saúde”, prezava-se pela assistência integral à saúde da mulher em qualquer idade, a assistência ao pré-natal, parto, pós-parto, incluindo a proibição de testes de anticoncepcionais em seus corpos, pela eficiência de um Sistema Único de Saúde e a livre opção pela maternidade. A “Educação”, enquanto dever do Estado deveria ter abrangência total e zelar pela igualdade entre os sexos. Garantia-se, ainda, que a mulher vítima de violência pudesse contar com todo o apoio do Estado, inclusive com a certeza da punição justa de seu agressor.

Nessas andanças, Comba alega ter corrido perigo de vida, como teria acontecido em Imperatriz, no Maranhão, onde a aconselharam a não sair do hotel nem para dar uma volta, alegando-se que o clima ali era muito perigoso, pois sabiam que ela teria vindo de Brasília como feminista, podendo ser assassinada à porta do hotel. No dia seguinte, foram buscá-la e levaram-na a um auditório, no qual circulavam retratos das mulheres assassinadas. Fato corrente na região, quando as mulheres pediam a separação e os maridos assim agiam para não dividir o patrimônio. Esse teria sido para aquela localidade

um dia, assim, muito eletrizante, aquela mulherada toda lá alvoroçada, o representante da OAB, o ministério público e eu lá naquele meio daquilo tudo. Por exemplo, nessa cidade veio um apelo pra questão da violência.

Ressalte-se, igualmente, o trabalho de convencimento dos deputados para que colocassem as reivindicações feministas na Constituição, na qual muitos dispositivos resultaram desse trabalho. Deles considera o principal, o artigo quinto dos direitos e das garantias fundamentais, direitos e deveres coletivos, inciso 1, “homens e mulheres são iguais em direitos e deveres nos termos dessa Constituição”. Tal especificação sofreria críticas de vários

deputados que alegavam ser suficiente colocar de uma forma universal, em termos de todos serem iguais. Refere-se a outras conquistas como na questão da família, reconhecendo-se a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar.⁶⁶ Além disso, o parágrafo 4º reconhece como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Destaca, igualmente, o parágrafo 8º, do artigo 226: “O Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Segundo informa, era ela e sua equipe que “fazia a redação e botava na mão deles, das deputadas que eram poucas também, naquela época”. Tratava-se do chamado “lobby do batom”, no sentido de lutar para integrar na Constituição as demandas feministas. Enfim, deve-se acentuar a atuação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, que teve papel relevante, junto à Assembléia Nacional Constituinte, em termos da conquista de direitos para as mulheres na Constituição de 1988. Apesar do fato das poucas mulheres eleitas, 26 ao todo, serem de partidos distintos, muitas daqueles à direita do espectro político, com uma delas, apenas, Moema San Tiago do Ceará tendo uma atuação pública feminista, estas se autodenominaram “bancada feminina”. Uniram-se em torno dos temas específicos das mulheres, incorporando praticamente todas as reivindicações das feministas, naquele momento coesas, acompanhando e buscando influir nas decisões da Assembléia. E, Comba reafirma:

Na minha opinião esse Conselho da Mulher Nacional ele foi um órgão sensacional, ou seja, a gente usou, usou no bom sentido, usou no bom sentido, a estrutura do Estado pra difundir a idéia de reconstrução da cidadania feminina, com muito êxito, creio eu.

Embora elogie o jeito “trator” da Ruth Escobar, em termos da sua importância na criação do Conselho, confessa que “era angustiante para nós que trabalhávamos com ela, porque ela também aprontava muita coisa, combinava umas coisas com as pessoas sem falar com a gente”, enquanto a Jacqueline, sua sucessora na presidência, “era infinitamente diferente, né, melhor; foi diferente e foi importante porque já quando a Jacqueline assumiu o Conselho foi em pleno curso da Constituinte”.

Dentre as contribuições da atuação feminista, destaca:

Um ponto super importante que eu acho que a nós se deve foi de ter mexido na legislação. Ai já trazendo um pouco a coisa pra minha seara, eu sei que a lei não dá conta de mudar a cabeça das pessoas, mas a lei é, digamos assim, um arcabouço social pra que lado ela ande ela cria uma base positiva ou negativa no funcionamento da cabeça das pessoas. Então, a nossa legislação era pontuada por vários aspectos discriminatórios, seja na lei civil, na lei trabalhista, na lei penal, naquele negócio da mulher honesta, do aborto que ainda hoje tá penalizado, criminalizado porque o que nós dizíamos naquela época: nós não queríamos, a gente não era a favor do aborto, pra praticar o aborto, e eu continuo sendo, que se descriminalize, que tire do rol do crime, tire do rol do crime; isso não quer dizer que você vai sair institucionalizando a prática do aborto. Muito pelo contrário, pela experiência nos países que descriminalizaram não aumentou o índice de abortos porque descriminalizou...

Desse modo, as lembranças trazidas por Comba Marques Porto fornecem pistas sobre as táticas utilizadas pelas representantes do CNDM, a fim de garantir a viabilização de suas demandas na nova Constituição em elaboração.⁶⁷ A partir desse depoimento, constata-se a importância do Conselho naquele momento de redemocratização do país, em que a igualdade de direitos entre mulheres e homens constituía-se no grande lema. Consolidavam-se assim muitas das reivindicações, marcando uma nova etapa da trajetória feminista.

Além dos contatos com os membros da Constituinte, ressaltam também as correspondências trocadas entre o CNDM com os diversos Ministérios como o do Trabalho sobre problemas de desigualdade salarial entre mulheres e homens, direitos das empregadas domésticas e programas de creches.⁶⁸ Com o Ministério da Saúde foi, igualmente, intenso o contato sobre a questão dos direitos reprodutivos, da saúde da mulher e com o Ministério da Educação, com vista a uma educação igualitária. Nesse sentido,

“tratava-se, então, não mais de recusar o universo feminino, mas de incorporá-lo renovadamente na esfera pública, o que se traduziu também por forçar um alargamento e uma democratização da esfera pública masculina”.⁶⁹

Detalhando sua atuação, cabe o depoimento de sua Presidente Jacqueline Pitanguy:

A Ruth saiu, eu não me lembro bem, se foi em dezembro... ela ficou os primeiros meses iniciais. E ela saiu por que ela foi se candidatar, e aí as conselheiras indicaram meu nome para assumir a presidência e eu assumo, em 1986 e lá fico até 1989. Foi um momento interessantíssimo da vida política brasileira, porque é o momento de redemocratização e é o momento em que nós vamos até de uma certa forma requalificar esse conceito de democracia, trazendo algumas questões que normalmente ficavam de fora. E essas questões vão dizer respeito à igualdade. Na época a gente não usava a palavra gênero. A igualdade da mulher e ações afirmativas se iniciam aí. Primeiro com a criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher, que o Conselho vai impulsionar e com uma série de outros projetos que a gente desenvolve, eu já escrevi alguma coisa sobre isso, posso depois te passar. Nós trabalhávamos com comissões, por exemplo, a Comissão Mulher e Educação. Nós desenvolvemos um projeto em que nós discutimos em cerca de 250 mil escolas da rede pública, a temática “discutindo na escola o papel da mulher na sociedade”. Então se lança na grande rede escolar o debate sobre a mulher.⁷⁰

Apesar de tudo, o Conselho teve uma vida curta, como órgão de articulação das demandas do movimento feminista e de mulheres em geral. Sua atuação real estendeu-se de 1985 a 1989. Com o governo Collor, o CNDM perdeu seu orçamento e passaram a ser indicadas para a direção e como conselheiras mulheres com pouca tradição no movimento feminista. Mesmo com a chegada do PSDB ao governo, partido que inclui algumas das mais históricas feministas brasileiras, o Conselho não conseguiu recuperar o espaço que conquistara nos anos 1980.⁷¹

Em seguida a sua criação, o CNDM, a partir de novembro de 1985, empenhou-se em colher, de Norte a Sul, as reivindicações formuladas pelas mulheres, através de anos de luta, em defesa da igualdade de direitos e pela conquista da plena cidadania. Desta atuação, como já mencionado, resultou a "Carta das Mulheres aos Constituintes", documento aprovado num Encontro Nacional, em 26 de novembro de 1986, ao qual compareceram cerca de duas mil mulheres representativas de grupos feministas, sindicatos, partidos políticos e inúmeras associações civis que incluem o fim das discriminações por motivo de sexo em seus programas de ação.⁷² Entre outros, era proposto com relação à saúde das mulheres a garantia de livre opção da maternidade compreendendo-

se tanto a assistência ao pré-natal, parto, pós-parto, como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher. Inaugurados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a problemática será alvo de acirrados debates na Sub Comissão da Família, do Menor e do Idoso e na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Em que pese declarações do Presidente e do Relator da primeira de que o objetivo desta fosse discutir e oferecer propostas, especialmente, sobre o planejamento familiar, o tema do aborto sempre voltava à tona.

O SR. RELATOR (Eraldo Tinoco): – Sr. Presidente, uma sugestão também.[...] Por exemplo, entendo que cabe a esta Subcomissão tratar do problema do planejamento familiar, mas já tenho dúvidas a respeito do problema do aborto, porque há outra Subcomissão que trata de Direitos etc., que talvez também tenha preocupações neste sentido.⁷³

Por outro lado, também, na Comissão dos Direitos e Garantias, ao contrário do sugerido acima, buscou-se impedir a discussão, acerca da questão, alegando não ser o aborto um tema constitucional.

A SRA. CONSTITUINTE ANNA MARIA RATTES: – Eu só queria, Sr. Presidente, para complementar o que falei, dizer que esta questão do aborto está, marcadamente, voltando a nossos debates constitucionais como algo presente demais, quando isto não é assunto constitucional. Acho que temos de fazer, na Constituição, uma carta de princípios. Essa discussão sobre o aborto é assunto para lei ordinária. Vamos deixar isto para depois. Concordo plenamente com o colega que diz que devemos ressaltar os casos previstos em lei. Mas deixemos o restante para depois, senão vamos ficar discutindo uma questão que é de lei ordinária e que deve ser decidida, no futuro, por amplo plebiscito entre as mulheres.⁷⁴

Como se poderia prever, através dos debates nas duas comissões focalizadas, não se reconheceu, na Constituição de 1988 o direito às mulheres de livre interrupção da gravidez, não figurando qualquer menção ao aborto. Esta é até nossos dias uma questão não resolvida conforme se pode observar, a partir dos debates ocorridos na campanha eleitoral de 2010, quando, por força das pressões em torno de suas posições a então candidata Dilma Rousseff teve que se manifestar:

[...] Cansei de repetir qual é a minha posição. Eu pessoalmente sou contra o aborto. Agora, sei que morre a cada dois dias uma mulher nessas circunstâncias. Não acredito que ninguém em sã consciência prenda as mulheres (que fazem aborto), disse.⁷⁵

Em outras questões, porém, conquistas foram obtidas com a nova Constituição, para as quais, foram indispensáveis as articulações exercidas pelas feministas do CNDM, devendo-se acentuar neste resultado a atuação da advogada Comba Marques Porto, pela sua competente exposição e participação junto à Sub Comissão da Família, do Menor e do Idoso, problematizando as injustiças presentes nas Constituições anteriores e no Código Civil vigente.

Desse modo, significativas mudanças foram propostas a respeito da família, conforme se pode constatar na matéria que se segue:

O relator da Subcomissão da Família, Menor e Idoso, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), propôs a legitimação “para efeito de proteção do estado” da união estável entre homem e mulher como entidade familiar, responsabilizando o poder público pela realização pessoal de seus integrantes. O anteprojeto sugere também o fim do conceito de “cabeça do casal”, definindo homem e mulher como “sócio com cotas iguais” no casamento. Pela proposta, não haverá mais o filho ilegítimo nascido dentro e fora do casamento passam a ter direitos iguais. Os menores não poderão mais ser confinados em instituições semelhantes à Funabem, que deixarão de existir.

As teses defendidas pela CNBB tiveram atenção especial por parte do relator, que propõe a proibição de pesquisas científicas em embriões humanos em vida; submete os programas de planejamento familiar à observação das condições de habitação, saúde, educação, cultura e lazer, e as pesquisas e experiências genéticas à aprovação do governo. O menor fica com direito à assistência assegurado desde a concepção, o que privilegia a gestante nos programas governamentais de proteção à criança.⁷⁶

Assim, inúmeros dos pontos presentes na “Carta das Mulheres aos Constituintes”, defendidos quando da exposição de Comba Marques Porto, na sua condição de Coordenadora Nacional da Campanha da Mulher pela Constituinte, foram incorporados à Constituição de 1988. Em contraposição à Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que dispunha que “a família é constituída pelo casamento e tem o direito à proteção dos poderes públicos” (art. 175) no Capítulo VII Da Família, da Criança e do Adolescente, Art. 226 § 3º, foi

reconhecida para efeito da proteção do Estado a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar. Nesse particular, entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.⁷⁷ Outra das reivindicações consagradas foi a de que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal seriam exercidos igualmente pelo homem e pela mulher,⁷⁸ antecipando mudanças que se consubstanciariam na Reforma do Código Civil em 2002. Assim, se reconhecera a extinção do regime anterior que conferia ao cônjuge do sexo masculino pelo menos quatro privilégios: a direção da sociedade conjugal, o direito de fixar o domicílio da família, o direito de administrar os bens do casal e o direito de decidir em casos de divergência.

O planejamento familiar deveria resultar de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desses direitos, sendo vedada qualquer forma coercitiva por instituições oficiais ou privadas.⁷⁹ De acordo com o § 8º desse mesmo artigo, também deveria o “Estado assegurar assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Para este resultado foram essenciais as manifestações das mulheres com vista a impedir essa prática que se configurava como uma constância nas relações familiares decorrente de “uma educação diferenciada que, secularmente discriminatória, em relação à mulher a tornou submissa ao homem”.⁸⁰ Nesse sentido, o combate à violência doméstica – coações, espancamentos e assassinatos cometidos por maridos contra suas mulheres – requeria medidas preventivas que passariam fundamentalmente por uma profunda mudança nos dispositivos legais, dos quais tal determinação constitucional se constituía num primeiro passo.

No Art. 227 § 6º ficava reconhecida outra das reivindicações feministas: a completa igualdade entre os filhos, ou seja, os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, passam a ter os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Com relação à saúde, de acordo, também, com as reivindicações constantes da “Carta das Mulheres aos Constituintes”, reconhecia a Constituição no Art.198 a implantação do Sistema Único de Saúde, prevendo a

participação da comunidade em sua gestão. Igualmente, pelo Parágrafo Único do Art. 189, o título de domínio e a concessão de uso da terra proveniente de reforma agrária eram conferidos aos homens ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei. Situação que se contrapunha ao regime anterior, quando apenas os homens ficavam nessa situação e, em caso de separação, as mulheres viam-se despojadas de quaisquer direitos. Dessa forma, ao final das discussões e elaborada a Constituição, algumas mulheres se posicionaram enumerando os avanços que viam como grandes vitórias na Carta. Levantavam, assim, o estabelecimento de 120 dias para a licença maternidade (ainda que houvesse aquelas que pleitearam 180), o reconhecimento da trabalhadora doméstica e da rural, a criação do Sistema Único de Saúde, entre muitos outros aspectos colocados como questões fundamentais pelos grupos femininos.⁸¹ Outras, mais exigentes, no entanto, ainda julgavam os avanços como muito tímidos.⁸²

Assim, na medida em que o feminismo trouxe à tona questões consideradas do âmbito da intimidade, a partir do lema “o privado é político”, conheceram-se outras dimensões da opressão que ultrapassam a questão das classes, entre elas as contradições de gênero, etnia, geração, etc.. Tal debate pôs para fora a imagem ambígua de um feminino constituído no espaço doméstico, no casal, na família, na maternidade, na submissão e na secundariedade, naquilo que Foucault denominou de “formas moleculares de poder”. A partir dele a questão da identidade das mulheres tornou-se central no movimento e na medida em que se constituíram como sujeitos políticos as mulheres foram elaborando uma fala própria sobre si mesmas, identificando o feminino, sobretudo com relações que se formam numa situação específica de opressão.

Esse debate difícil traz à luz a situação das mulheres, retirando-as da sombra, através de uma forma inédita de elaboração e luta, inédita pelo menos diante das formas tradicionais, rigidamente hierárquicas de organizar movimentos políticos. Fez-se sentir uma forma de prática, onde as fronteiras entre o privado, o público, o político e o teórico se tornaram flexíveis e não raro se confundiram numa proposta desafiante da divisão do trabalho político.⁸³ E a entrada do feminismo na cena histórica não se fez como a aparição de um novo figurante que viria se inserir a uma peça já escrita, mas

como a emergência de um princípio subversivo, constitutivo de um mundo futuro.⁸⁴ Assim, as feministas fazendo do seu viver uma arte, sem dúvida, a mais difícil e complexa das artes por elas praticadas, conformaram uma ética fundamentada nos “cuidados de si”, na “arte de viver”, enfim em uma “estética da existência”.⁸⁵

Notas

* Pós-Doutorado pela Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, atua no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: rachelsoihet@globocom

¹ MARTIN, Marta Monasterio. *Es el feminismo una teoria política o una ética?* Madrid, 2005. Acesso a 12.06.2009.

² NARVAZ, Martha e NARDI, Henrique Caetano. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. *In: Revista Mal-estar e Subjetividade* – Vol. VII – Nº 1 – Fortaleza – mar/2007, p.59.

³ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade.V. II – O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

⁴ A historiadora, inspirada em Foucault estende o conceito para pensar as criações feministas na atualidade, propondo inclusive outros modos de constituição da subjetividade em Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. *In: LIMA, C. C. e SCHMIDT, S. P. (org). Poéticas e políticas feministas*. 2004. Florianópolis, Editora Mulheres, pp.31-41.

⁵ COLLIN, Françoise et alii. *Le féminisme pour quoi faire? Les Cahiers Du GRIF*. Belgique/Paris, Transédition, 1973, pp. 5-22 *apud* SCAVONE, Lucila. O Feminismo e Michel Foucault: Afinidades Eletivas? *In: Lucila Scavone et alii. O Legado de Foucault*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 83.

⁶ Entrevista de Hildete Pereira de Melo, concedida a 03 de janeiro de 2005.

⁷ A primeira vaga feminista desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XIX, quando as mulheres lutaram para obter o direito à educação, ao voto, ao trabalho, aos direitos civis. Destacou-se no Brasil a campanha liderada por Bertha Lutz, entre 1919 e os anos 1930.

⁸ Entrevista de Leila Linhares Barsted concedida em 13 de abril de 2004.

⁹ *Idem, ibidem*.

¹⁰ Entrevista Comba Marques Porto concedida a 13/04/2007.

¹¹ Entrevista de Lígia Maria Coelho Rodrigues, concedida em 01/02/2005.

¹² O que elas querem é... *O Pasquim* Nº 391. Rio, 24 a 30/12/1976.

¹³ SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes – mito e realidade (1ª edição)*. SP, Liv. Quatro Artes, 1969.

-
- ¹⁴ Utilizo o conceito de “capital político”, conforme Pierre Bourdieu. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. *O Poder Simbólico* (6ª edição). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, p. 190.
- ¹⁵ COSTA, Albertina de Oliveira et alii (orgs) *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p41; ALVAREZ, Sonia E.. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In STEPAN, Alfred (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 326.
- ¹⁶ DELPHY, Christine. Feminismo e Recomposição da Esquerda. In: *Revista Estudos Feministas Vol.2 N.3*. Rio de Janeiro, CIEC-UFRJ, 1994, p.189.
- ¹⁷ RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. In: *Mulher, História e Feminismo. Cadernos AEL n. 3/4*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH, UNICAMP, 1995, 1996, p. 35.
- ¹⁸ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia) IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987, pp.121-141.
- ¹⁹ SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, Vol. 12 (2): 35-50, maio-agosto/2004, p. 36.
- ²⁰ Foi encontrada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, uma significativa documentação do DOPS, na qual pode ser verificado o acompanhamento das atividades do feminismo, atrelando-o à conspiração comunista internacional. Entre outros: *Encontro do Movimento de Mulheres no Brasil*. Informação nº 1303 DI/DGE. Rio de Janeiro, 05 Ago 1981.
- ²¹ Entrevista da Dr^a Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha), concedida em 20 de maio de 2005.
- ²² DELPHY, Christine. *Op. cit.* p.189.
- ²³ *Idem, ibidem*.
- ²⁴ *Idem, ibidem*, p.39. Goldberg. *Op. cit.* p.111/112.
- ²⁵ Entrevista de Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha).
- ²⁶ Entrevista concedida por Maria Luiza Heilborn (Malu), em 11/04/2005.
- ²⁷ ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto, Afrontamento. v. 5, 1994, p. 590.
- ²⁸ *Op. Cit*, p. 601.
- ²⁹ VARIKAS, Eleni. ‘O Pessoal é Político’: desventuras de uma promessa subversiva”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, p.67.
- ³⁰ THOMPSON, E. P.. Lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Critica, 1984, p.37; A expressão “tomada de consciência de gênero” é utilizada por Michelle Perrot no texto Sair. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente. V.4 O Século XIX*. Porto: Afrontamento/ São Paulo: EBRADIL, 1994, p. 503-539.
- ³¹ Algumas vindas de Paris, como a física Lígia Maria de Souza Coelho Rodrigues. Também foi o caso de duas antropólogas, uma italiana, Bruna

Franchetto e outra americana, Leni Silverstein, além de uma jornalista holandesa Dorinne, Annete Goldberg. *op. cit.*, p. 137.

³² Depoimento Malu *In: Annete Goldberg, op. cit.* p. 138/139.

³³ Entrevista de Lígia Maria Coelho Rodrigues

³⁴ *Idem.*

³⁵ Atas das Assembleias Extraordinárias - 6 de janeiro de 1979 e 23 de janeiro de 1979; Continuação dos Debates- 30 de janeiro de 1979.

³⁶ “Em vez de praia: discussão” *Jornal Lâmpião da Esquina*, abril de 1979, apresenta matéria sobre a abordagem da sexualidade no Encontro.

³⁷ Sobre a Comissão de Violência, entrevista citada. Entrevista Lígia Maria Coelho Rodrigues.

³⁸ Criticavam comportamentos e atitudes autoritárias, agressividade, ausência de afetividade entre as mulheres, existência de temas tabus, presentes em muitas assembleias. Enfatizavam, ainda, o desinteresse no estreitamento de laços com outras mulheres numa perspectiva feminista, nos espaços abertos pelas associações de bairro, profissionais e de comunidades. Assim, questionavam como seria possível conhecer a realidade e amplitude da sexualidade feminina, diferenciando suas experiências sexuais dos mitos masculinos impostos às mulheres.

³⁹ Assembléia Geral 21 de abril de 1979. Entrevista Lígia Maria Coelho Rodrigues, 01 de fevereiro de 2005.

⁴⁰ SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *In: Estudos Feministas*. Florianópolis, 12 (2), CFH/CCE/UFSC, 2004, p.40; PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 67.

⁴¹ Entrevista da médica Maria do Espírito Santo Tavares do Santos (Santinha), concedida em 20 de maio de 2005.

⁴² THOMPSON, E. P.. *Op. Cit.* p.37; PERROT, Michelle. *Sair. In: Op. Cit.* pp. 503-539.

⁴³ TOSCANO, Moema. Feministas x Ziraldo. *In: O Pasquim*. Ano XII, Nº 590, 17 a 23 de outubro de 1980, pp.16-18

⁴⁴ Ver ALVAREZ, Sonia E.. *Op. Cit.* p. 327.

⁴⁵ RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. *In: Cadernos AEL 3/4. Mulher, História e Feminismo*. Campinas, IFCH, 1995-1996. p.37.

⁴⁶ SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *In: Estudos Feministas*. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC. Vol. 12 (2): 35-50, maio-agosto/2004, p. 35-50. A violência simbólica supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação, correspondendo a interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação - que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída - é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação simbólica (nota

crítica). In: *Cadernos Pagu* (4). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995, pp. 40-44.

⁴⁷ RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. In: *Labrys, estudos feministas*. N° 3, janeiro/julho 2003, p.5. Disponível em: www.unb.br/lh/his/gefem.

⁴⁸ “Proposta para a criação de uma delegacia especializada no atendimento as mulheres no Rio de Janeiro à semelhança do caso paulista”. Comissão Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher. Agosto de 1985.

⁴⁹ Ata de Reunião do SOS Mulher. 11/03/1986; Carta sobre discordâncias internas. 02/05/1986; Com relação a essa última posição ver Ata de Reunião do SOS Mulher. RJ. 18/03/1986.

⁵⁰ Debate com as feministas. Você acha justo uma mulher ser presa por fazer um aborto? In: *O Pasquim*. Ano XV n° 748 Rio, de 27/10 a 02/11/1983.

⁵¹ “Mulheres vão à rua pelo direito de fazer o aborto”. *Jornal do Brasil*. 17 maio 1981. Constavam como reivindicações: o fim da proibição do aborto, da esterilização forçada, da discriminação profissional da mulher casada ou mãe, o incremento da pesquisa médica na área da contracepção, e melhor divulgação dos métodos contraceptivos. E algumas denúncias: más condições ou inexistência de acompanhamento médico durante a gravidez na rede pública ou previdenciária, as péssimas condições de parto na rede pública e previdenciária e a inexistência de creches, boas escolas públicas e equipamentos coletivos.

⁵² Entrevista Hildete Pereira de Melo.

⁵³ Ata da Assembléia Geral do CMB de 24 de setembro de 1983.

⁵⁴ “Comissão rejeita a legalização do aborto no Brasil”. Arquivo Nacional. Fundo Hildete Pereira de Melo. Sem data.

⁵⁵ *Projeto de Lei n° 590*. Arquivo Pessoal Ligia Rodrigues.

⁵⁶ CARNEIRO, Fernanda. *O Aborto na prática e na lei: quem decide?. O Sexo Finalmente Explícito*. Ano III, n° 7. Rio de Janeiro. Abril/Maio/Junho 1985, p.1/2.

⁵⁷ *Aborto e Constituinte. Sexo Finalmente Explícito*. Abril 1985.

⁵⁸ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins de século XX*. Livro 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 p. 264/265.

⁵⁹ Entrevista concedida à equipe da pesquisa por Jacqueline Pitanguy, realizada a 17.09.2007.

⁶⁰ “Projeto de Sarney cria Conselho que protegerá os direitos da mulher” *Jornal do Brasil*. 19/06/1985. O projeto previa a abertura de um crédito especial de Cr\$6 bilhões para as despesas de instalação e funcionamento do conselho, a escolha pelo Presidente da República, de seus 17 integrantes e três suplentes; o funcionamento nos moldes de outros órgãos colegiados da administração federal; a vinculação do conselho ao Ministério da Justiça; e a duração de mandatos, de quatro para nove conselheiros e dois para outros oito.

⁶¹ Entrevista concedida à equipe da pesquisa por Comba Marques Porto, realizada a 13.04.2007.

⁶² O CNDM era composto por 17 conselheiras, nomeadas pelo ministro da Justiça, por um Conselho Técnico e por uma Secretaria Executiva. Céli Regina Jardim Pinto. *Op. Cit.* p. 72.

⁶³ Entrevista concedida à equipe da pesquisa por Comba Marques Porto, realizada a 13.04.2007.

⁶⁴ *Idem, Ibidem.*

⁶⁵ A Carta disponível em: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres

⁶⁶ Art. 226 parágrafo 3º

⁶⁷ Nessas reuniões de preparação do material sob a liderança de Leonor Nunes Paiva reuniam-se, entre outras, advogadas como Silvia Pimentel, Florissa Verucci, Glória Márcia Percinoto, Rosane Reis e Leilah Borges.

⁶⁸ Informação a nós concedida por Hildete Pereira de Melo, então membro do Conselho, a 18//01/2008.

⁶⁹ RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p.37.

⁷⁰ Entrevista concedida a 17/09/2007.

⁷¹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Op. Cit.* p. 72.

⁷² A Carta pode ser vista no link: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres

⁷³ Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, p.14,

⁷⁴ Comissão dos Direitos e Garantias, p.38.

⁷⁵ JB online; 28/10/2010

⁷⁶ “Proposta iguala homem e mulher no casamento” Jornal do Brasil. JB, 1º Caderno, pp.4 - 10/06/1987.

⁷⁷ Art. 226 §4º

⁷⁸ *Idem* §5º

⁷⁹ *Idem* § 7º

⁸⁰ Exposição de Comba Marques Porto à Sub Comissão da Família do Menor e do Idoso...

⁸¹ Como, por exemplo, Benedita da Silva, no vídeo *A mulher e a Justiça Social* disponível em: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres.

⁸² Por exemplo, Dulce Tutu Quadros, no mesmo vídeo citado na nota anterior.

⁸³ PAOLI, Maria Celia. Mulheres: Lugar, Imagem, Movimento. *In: Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, p. 68.

⁸⁴ COLLIN, Françoise. Le féminisme pour quoi faire?. *In: Les Cahiers Du GRIF*. Belgique/Paris, Transédiction, 1973, p.17 *apud* SCAVONE, Lucila et allii (orgs) O Legado de Foucault. São Paulo, UNESP, 2006, p.83.

⁸⁵ SCHIMID, W. “De l’étiqúe comme esthétique de la existence” Magazine Littéraire, n.325. Paris, Octobre 1994p.36-9.

Data de envio: 10/10/2012

Data de aceite: 13/11/2012